

CCPY

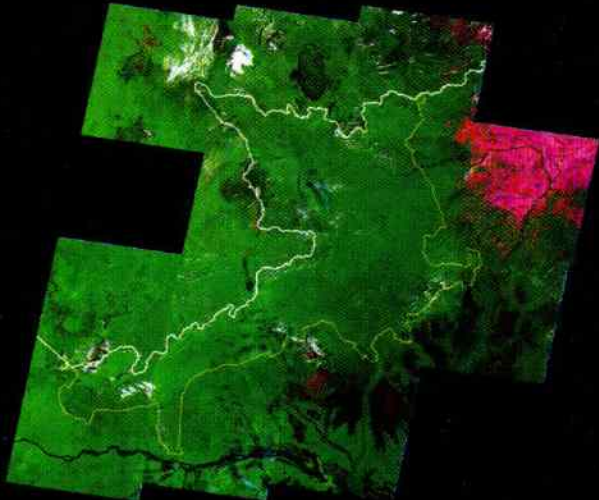
COMISSÃO
PRÓ-YANOMAMI

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Data / /

Cod. 4362

2017 - Abaixo
L.M.S.A



A Terra Indígena Yanomami



Davi Kopenawa em assembléia na Terra Indígena Yanomami (Demini, 2000).



A COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI E SUAS AÇÕES

Criada em 1978, a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, é uma organização não governamental brasileira sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami. Seu primeiro objetivo foi lutar pela demarcação da Terra Indígena Yanomami e para isso organizou uma longa e extensa campanha dentro e fora do Brasil informando a opinião pública e pressionando o Estado brasileiro a efetuar a demarcação de uma área contínua e adequada às necessidades presentes e futuras desse povo. A Terra Indígena Yanomami foi finalmente demarcada em 1991, homologada e registrada em cartório em 1992, garantindo-lhes o direito a cerca de 9.665.000 hectares localizados no norte dos estados de Roraima e Amazonas.

A partir daí, a CCPY desenvolveu dois programas prioritários: saúde e educação. Devido à crescente demanda de assistência sanitária entre os Yanomami e à reforma do sistema público de atendimento à saúde indígena, os membros da CCPY criaram em 1999 uma nova ONG, URIHI-Saúde Yanomami (www.urihi.org.br), que se dedicaria exclusivamente à assistência e formação em saúde dos Yanomami, através de convênio com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Quanto ao programa de educação, que começou em três áreas na Terra Indígena, a CCPY atende a sete regiões, num total de 35 escolas indígenas.

Em 2000, a CCPY foi reestruturada com sede em Brasília e escritório em Boa Vista, Roraima, e iniciou um programa de apoio à capacitação e representação política dos Yanomami, a fim de promover sua participação em foros regionais, nacionais e internacionais para a defesa de seus direitos. Passou também a desenvolver um programa de gestão ambiental, a cargo do escritório em Boa Vista, tendo por principal objetivo assegurar a proteção dos recursos naturais da Terra Indígena Yanomami. Da sede em Brasília, a CCPY continua a dar apoio político, jurídico e estratégico aos Yanomami com a divulgação de boletins eletrônicos, de seu *website* (www.provanomami.org.br), comunicados de imprensa, manifestações políticas e culturais; monitoramento das políticas públicas e medidas legislativas que os afetem direta ou indiretamente; assessoria jurídica permanente para a defesa dos seus direitos territoriais, culturais e civis no âmbito nacional e internacional; captação de recursos, administração de programas de campo e intercâmbios via Rede de Cooperação Alternativa, fórum internacional que congrega ONGs e organizações indígenas do Brasil e do exterior.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

Iniciado em 1995, o programa de educação intercultural da CCPY atende à reivindicação dos Yanomami que consideram o processo escolar como um caminho para fortalecer suas línguas por meio da alfabetização e para ter acesso a informações e conhecimentos exógenos hoje indispensáveis à sua autonomia econômica e sócio-política, uma vez que seu contato com o mundo exterior é crescente e irreversível.

Ao acatar o desejo dos Yanomami por uma educação social e culturalmente apropriada, o programa estabeleceu como principais objetivos: **1)** garantir a perenidade e o dinamismo das línguas yanomami, dotando-as de grafia e de um acervo de textos (cartilhas escolares, jornais, livros, etc.), privilegiando a assimilação de novos conhecimentos conforme seu próprio sistema de conceitos e sua lógica cultural. **2)** pôr à disposição da sociedade yanomami novos saberes, técnicas e informações que lhes permitam exercer plenamente a cidadania e, assim, assumir de maneira autônoma a defesa de todos os seus direitos, de acordo com as disposições da Constituição brasileira.

O programa de educação intercultural da CCPY segue as orientações do MEC sobre educação indígena e baseia-se no princípio da “etnografia simétrica”, ou seja, pretende garantir aos Yanomami o acesso pleno a conhecimentos fidedignos sobre a sociedade envolvente (regional, nacional e internacional) na sua própria língua e seguindo seus processos específicos de produção do saber.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Este programa visa promover e reforçar a autonomia dos Yanomami na defesa de seus direitos e divulgar informações sobre a sua situação e iniciativas políticas, sócio-econômicas e culturais.

Graças aos programas de educação intercultural da CCPY, da URIHI-Saúde Yanomami e de outras entidades, um número cada vez maior de representantes yanomami capacita-se para exercer funções de representação interétnica a nível regional, nacional e internacional. São, portanto, três os objetivos principais do programa: **1)** formar representantes yanomami para o exercício dessas novas funções e para a criação de uma ou várias associações yanomami que lhes garantam expressão política e jurídica, sem inter-

mediários, e gestão autônoma dos projetos e serviços desenvolvidos na Terra Indígena Yanomami; 2) ampliar, apoiar e acompanhar a agenda de participação dos representantes yanomami nos foros e eventos relevantes para a defesa de seus direitos, consolidando o processo de sua autonomia política; 3) incentivar a expressão direta dos representantes yanomami dentro e fora da Terra Indígena, apoiando a divulgação de seus depoimentos, denúncias e reivindicações por meio de jornais, boletins eletrônicos, *website*, publicações e produtos audiovisuais.

PROGRAMA AMBIENTAL

Durante as últimas décadas, a instalação permanente de pólos de contato interétnico na Terra Indígena Yanomami (missões religiosas, postos da Funai e de saúde) induziu as comunidades indígenas a uma sedentarização crescente, provocando o empobrecimento de suas fontes de subsistência com a exaustão ou a retração de espécies animais, vegetais e de solos adequados para a agricultura. Além disso, os garimpos ilegais dos anos 1980 e 1990 (ainda não totalmente erradicados) causaram em certas áreas uma intensa degradação dos recursos naturais imprescindíveis à continuidade do sistema produtivo indígena.

Para aliviar os efeitos desses problemas ambientais, a CCPY implantou, a partir de 2000, os seguintes projetos: 1) agroflorestal que visa preservar a autonomia econômica dos Yanomami em regiões onde a sedentarização é mais aguda, com o plantio de espécies nativas e exóticas selecionadas pelos Yanomami; 2) recuperação ambiental que procura reconstruir áreas seriamente degradadas pela garimpagem; 3) apicultura/meliponicultura que leva aos Yanomami a possibilidade de criar abelhas nativas e “africanizadas” a partir da formação de agentes agroflorestais treinados para esse fim. Tradicionais coletores de mais de 30 tipos de mel silvestre, os Yanomami podem beneficiar-se desse projeto não apenas em benefício da sua dieta, mas também como opção econômica, tendo em vista o alto preço do mel no mercado regional. Este projeto pretende também contribuir para preservar o patrimônio genético das abelhas sem-ferrão nativas da Amazônia.



“Nós queremos a escola
para aprender a escrever a própria
língua yanomami,
para não perder nossa língua,
para garantir a história dos
Yanomami. Se não, os *napëpë*
(brancos) vão continuar
invadindo e ensinando só a
língua deles, estragando a nossa,
e isso nós não queremos.
Nós queremos que nossa
língua permaneça com o jeito
dos Yanomami”.

Davi Kopenawa





"A terra- floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. Então, os riachos sumirão, a terra virará pó, as árvores secarão e as pedras das montanhas racharão com o calor. Os espíritos *xapiripë*, que moram nas serras e ficam brincando na floresta, acabarão fugindo. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los para nos proteger. A terra- floresta se tornará seca e vazia. Os xamãs não poderão mais deter as epidemias-fumaças e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão."

Daví Kopenawa

OS YANOMAMI E O CONTATO INTERÉTNICO

Ocupando a região fronteiriça entre o Brasil e a Venezuela, numa área total de 192 mil quilômetros quadrados, aproximadamente, os Yanomami têm uma população estimada em cerca de 29 mil pessoas das quais 13.600 vivem no Brasil, segundo dados de julho de 2003. Contam com, pelo menos, quatro subgrupos lingüísticos e culturais: Yanomae (ou Yanomama), Yanomami (ou Yanomamó), Sanóma (ou Sanumá) e Ninam (ou Yanam).

Até o final do século XX, os Yanomami mantinham contatos apenas com outras sociedades indígenas circunvizinhas: povos Caribe ao norte e a leste, povos Aruaque ao sul e a oeste, quase todos posteriormente dizimados por maus tratos e doenças letais que se seguiram ao avanço da população regional a partir de meados do século XVIII. Os contatos dos Yanomami com a sociedade envolvente começaram entre 1910 e 1940 com a chegada de viajantes, coletores de balata, piaçaba e caçadores de peles, membros de comissões demarcadoras de limites e funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Este e, sobretudo, missões católicas e protestantes, criaram uma rede de postos na Terra Indígena Yanomami que se converteram em fontes regulares de bens manufacturados e de um limitado atendimento paramédico, mas, principalmente, em núcleos de sedentarização e de disseminação de epidemias.

O avanço da sociedade nacional intensificou-se dramaticamente a partir dos anos 1970, quando o governo militar implantou projetos de desenvolvimento regional como parte do Plano de Integração Nacional (PIN). De 1973 a 1976, abriu-se um trecho da rodovia Perimetral Norte, no sul da Terra Indígena, logo depois abandonado, mas que estimulou a invasão de fazendeiros; instalaram-se projetos de colonização na parte sudeste da Terra Indígena e divulgou-se o resultado do levantamento do Projeto RADAM, revelando o potencial de importantes jazidas minerais e atraindo o interesse de mineradoras e de garimpeiros.

Em consequência, desencadearam-se várias ondas de invasões, culminando com a maciça corrida do ouro de 1987. Cerca de 40 mil garimpeiros revolveram matas e rios, espalharam malária e outras doenças contagiosas, destruíram fauna, roças e vias de comunicação das comunidades, assassinaram indígenas e levaram fome, contaminação e terror a inúmeras aldeias. Estima-se que 13% da população yanomami tenha sucumbido a doenças contagiosas e a assassinatos nos primeiros anos daquela invasão.

O fluxo mais intenso da corrida do ouro foi interrompido a partir do começo dos anos 1990 com as repetidas operações de desocupação da área indígena organizadas pela Funai e pela Polícia Federal. Entretanto, ao longo daquela década e até o presente, focos de garimpagem continuam encravados na Terra Indígena, causando ainda mortes violentas e sérios problemas sanitários aos Yanomami.

Teme-se que projetos de colonização agrícola, empreendimentos agropecuários, e extração ilegal de madeira ou mineração industrial venham ameaçar cada vez mais a integridade da Terra Indígena Yanomami. Quase 60% de sua superfície estão cobertos por requerimentos e títulos registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por empresas de mineração públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Por sua vez, a porção sudeste da área está invadida por fazendeiros, colonos e posseiros que lá se instalaram depois da abertura da rodovia Perimetral Norte. Esses invasores continuam expandindo antigos projetos estaduais e federais de colonização, criando grandes áreas contíguas que ameaçam o território indígena. O avanço dessa frente põe em risco a integridade da Terra Indígena, provoca a degradação de seus recursos naturais e o empobrecimento da sua biodiversidade devido às queimadas sem controle na região, a exemplo dos grandes incêndios que flagelaram o estado de Roraima em 1997-98 e em 2003.



Comissão Pró-Yanomami (CCPY)

<http://www.proyanomami.org.br/>

Brasília : SCLN 210, bloco C, sala 209, 70862-530, Brasília, DF
Fone/Fax: (61) 347-2980

E-mail: proyanomamidf@proyanomami.org.br

Boa Vista: Rua Presidente Costa e Silva, 116, 69306-030, São Pedro,
Boa Vista, RR

Fone: (95) 224-7068 – Fax: (95) 224-3441

E-mail: proyanomamibv@proyanomami.org.br

Conselho Diretor: Alcida Rita Ramos (Presidente), Roque de Barros Lariaia (Vice-Presidente), Bruce Albert, Carlo Zacchini e Henry Trindade Barreto Filho.

Secretaria Executiva: Fernando Bittencourt e Jô Cardoso de Oliveira.
Assembléia de Sócios: Ana Valéria Araújo, Aurélio Virgílio Veiga Rios, Carlos Alberto (Beto) Ricardo, Claudia Andujar, Daniele Marcelle Grannier, Ednelson (Makuxi) Souza Pereira, Fernando Bittencourt, George Cerqueira Leite Zarur, Isa Maria Pacheco, Jô Cardoso de Oliveira, Jussara Gomes Gruber, Luciano Mariz Maia, Marcos Wesley Oliveira, Maria Stella de Castro Lobo.

Sócios Honorários: Nelly Arvelo-Jiménez e Paulo Sérgio Pinheiro.